

trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23/02/2016, e do concurso interno de ingresso para ocupação de um posto de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25/07/2016, a celebração dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e respetivos inícios dos períodos experimentais, com os trabalhadores:

Fernando dos Santos Soares, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª posição remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€, com efeitos a 16/01/2017;

Luís Manuel Rocha Duarte, inserido na carreira e categoria de Fiscal Municipal de 2.ª classe, posicionado entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e entre os Níveis 5 e 7, a que corresponde a remuneração mensal de 762,08€, com efeitos a 16/02/2017;

b) Na sequência dos procedimentos concursais comuns de recrutamento para o preenchimento de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23/02/2016, o recurso às reservas de recrutamento para a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e respetivos inícios dos períodos experimentais, com os trabalhadores:

Filipe Xavier Rosa de Oliveira, inserido na carreira e categoria de Técnico Superior, posicionado na 2.ª Posição Remuneratória, Nível 15, a que corresponde a remuneração mensal de 1.201,48€ com efeitos a 05/12/2016;

Daniel Cordeiro Dias, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

Ilídio Piedade Guerreiro de Campos, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

José Carlos Prazeres Correia Emídio, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

Maria de Deus Frieza Amador, inserida na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionada na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

Nelson Filipe Cândido Bacalhau, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

Márcio Manuel Gonçalves Fernandes Coelho, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/02/2017;

António José Ramos Candeias, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 16/02/2017;

André Filipe Godinho da Silva, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 16/02/2017;

Rui Manuel Aragão de Sousa, inserido na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionado na 1.ª Posição Remuneratória, Nível 1, a que corresponde a remuneração mensal de 557€ com efeitos a 01/03/2017.

Competência delegada.

14/03/2017. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Dr.ª Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís*.

310384324

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Louvor n.º 135/2017

Faz-se público que, por despacho do Presidente da Câmara foi prestado público louvor ao Intendente Filipe Afonso Torrão Vaz Palhau, M100171, da Polícia de Segurança Pública pela forma muito digna e altamente prestigiante como exerceu, ao longo dos últimos oito anos, as funções de Diretor Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil deste Município.

Dotado de uma sólida formação moral e ética, elevados conhecimentos profissionais e competência técnica, o Intendente Filipe Afonso Torrão Vaz Palhau evidenciou total dedicação ao cumprimento da missão do Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil, assumindo um papel fundamental nas mais diversas áreas e atribuições daquela unidade orgânica, zelando sempre, de um modo exímio, pelo estrito cumprimento da lei e fomentando, na área de proteção civil, uma cultura de segurança e de prevenção do risco.

De elevado sentido de responsabilidade, iniciativa, autonomia e disciplina, demonstrou uma permanente disponibilidade para cooperar com os seus colaboradores e demais serviços, evidenciando um forte espírito de equipa e de excelente relacionamento humano.

Pelas extraordinárias capacidades e qualidades evidenciadas no cumprimento das suas funções como Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil, tendo sempre por suprema orientação o interesse público e a missão do Município de Oeiras, o Intendente Filipe Afonso Torrão Vaz Palhau é justo credor deste público louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados como extraordinariamente importantes e distintos.

28 de março de 2017. — O Presidente da Câmara, *Paulo Vistas*.

310388991

MUNICÍPIO DE OLEIROS

Edital n.º 236/2017

Consulta Pública do Projeto de Regulamento de Edificação do Loteamento de S. Sebastião

Fernando Marques Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, torna público, que, por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de Oleiros, de 24 de março de 2017, foi deliberado aprovar e submeter a consulta pública o Projeto de Regulamento de Edificação do Loteamento de S. Sebastião, nos termos do n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*.

Durante o referido período, os interessados poderão consultar o Projeto de Regulamento nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Oleiros, sitos na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, todos os dias úteis, durante o horário de expediente (das 9h às 12h30 m e das 14h às 17:30h) e, permanentemente, na página eletrónica do Município de Oleiros (www.cm-oleiros.pt).

No mesmo período, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, podem os interessados dirigir, por escrito, as suas sugestões, através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-oleiros.pt, por via postal, ou por entrega pessoal no balcão de atendimento da Câmara Municipal de Oleiros.

Para constar e devidos efeitos se passou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do costume.

24 de março de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. Fernando Marques Jorge*.

310384105

Edital (extrato) n.º 237/2017

Consulta Pública do Projeto de Regulamento Municipal de Cedência de Lotes de Terreno Integrados no Loteamento de S. Sebastião

Fernando Marques Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, torna público, que, por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de Oleiros, de 24 de março de 2017, foi deliberado aprovar e submeter a consulta pública o Projeto de Regulamento Municipal de Cedência de Lotes de Terreno Integrados no Loteamento de S. Sebastião, nos termos do n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*.

Durante o referido período, os interessados poderão consultar o Projeto de Regulamento nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Oleiros, sitos na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, todos os dias úteis, durante o horário de expediente (das 9h às 12h30 m e das 14h às 17:30h) e, permanentemente, na página eletrónica do Município de Oleiros (www.cm-oleiros.pt).

No mesmo período, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, podem os interessados dirigir, por escrito, as suas sugestões, através de correio eletrónico para